

# A CIÊNCIA E A REFORMA DO ESTADO

*J. Leite Lopes\**

*Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF/CNPq  
Rua Dr. Xavier Sigaud, 150  
22290-180 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil*

\* Professor Emérito do CBPF/CNPq, da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Ciências.

Critica-se atualmente a universidade brasileira por falta de entrosamento com os meios de produção. Esquece-se facilmente que nos Estados Unidos da América foi fundamental no fim do século passado a intervenção de Abraham Flexner que denunciou a mediocridade do sistema de ensino naquele país. Seu livro “The American College” teve impacto nacional pois denunciava a incapacidade das escolas de desenvolver a iniciativa individual do estudante e de assim formá-lo sem o acúmulo de conhecimentos mal dados e mal compreendidos. O efeito da ação de Flexner se fez sentir rapidamente. Em 1901, Andrew Carnegie ao mesmo tempo que construía seu império do aço, disse que “juntar riquezas é uma das piores formas de idolatria e decidiu consagrar-se às boas obras, sobretudo em ciência e cultura, que pudessem fazer brilhar o nome de Andrew Carnegie. Nesse mesmo ano de 1901, em novembro, Carnegie escreveu ao Presidente Theodore Roosevelt, propondo que criasse um organismo moldado na Smithsonian Institution, destinado a dar maiores possibilidades de pesquisa aos jovens competentes e acesso dos cidadãos aos equipamentos científicos do Governo: se o governo federal escolhesse o terreno, escreveu Carnegie, ele pagaria os edifícios e o equipamento necessário com uma dotação de dez milhões de dólares (da época). Enquanto James Smithson havia feito a doação em ouro, Carnegie ofereceu ações da U.S. Steel Corporation, “A Carnegie Institution de Washington, fundada em 1902, foi um monumento espetacular dedicado à benemerência de Andrew Carnegie” diz Daniel J. Kevles em seu livro sobre os físicos nos Estados Unidos.

Durante a guerra (1914-1918), o físico Robert Millikan e seus colegas mantinham as relações do National Research Council com os militares. Não tendo havido grande êxito nessas relações, afirmou o Senhor Edwin B. Rosa que a lição durável da guerra era que “jamais ninguém contestaria o interesse econômico da pesquisa científica”. Elihu Root, antigo Secretário da Guerra, afirmou então que “as recompensas da dominação industrial e comercial irão para a nação que souber organizar mais eficazmente suas forças científicas”. Apareceram assim homens da indústria, tais como John D. Rockefeller, George Eastman, Andrew W. Mellon, Pierre S. du Pont, Vanderbilt, Stanford, que estabeleceram uma verdadeira corrida para desenvolver ao máximo a educação básica, as universidades, a ciência e as artes.

No Brasil, toma-se prazer em criticar a universidade por não oferecer resultados práticos mas não se sabe quais industriais brasileiros jamais demonstraram interesse nas nossas universidades. E a razão é simplesmente que nunca foram movidos pelo espírito acima descrito dos industriais americanos. Ao contrário, sendo em geral sócios de companhias multinacionais sempre se contentaram em comprar ou alugar técnicas e produtos descobertos e feitos nos laboratórios da matriz.

E o poder público, no Brasil, raramente teve a sabedoria de tomar as iniciativas corretas para universalizar e melhorar a educação básica, para apoiar as universidades e os institutos de pesquisa.

Lembro-me dos esforços que junto com Carlos Chagas e Joaquim da Costa Ribeiro, desenvolvi para estabelecer-se o regime de tempo integral (dedicação exclusiva) para os professores universitários dedicados à pesquisa no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil nos anos 1950.

Havia um organismo governamental chamado DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) que proibia esse regime - entretanto adotado na Universidade de São Paulo desde sua criação em 1934 e que foi a razão de sua supremacia.

Foi precisamente o representante da Fundação Rockefeller, o Senhor Harry M. Miller, quem nos propôs um contrato com a Universidade pelo qual a Rockefeller contribuiria para o estabelecimento do regime de tempo integral na Universidade do Brasil. Este contrato não teve êxito e sei bem da falta de visão, na era atômica em que estávamos entrando, do problema universitário por parte das mais altas autoridades universitárias na época.

Ora, que vemos hoje em dia, em plena era da chamada globalização?.

Em primeiro lugar, o famoso DASP teve um herdeiro que hoje se chama MARE (Ministério da Administração e da Reforma do Estado) e que parece ter funções restritivas análogas às do DASP.

No regime e no mundo que vivemos, afirma-se que ao Estado não cabe mais fabricar aço, buscar petróleo, cuidar das florestas e da imensa riqueza da região amazônica. Caberia ao Estado - uma vez a iniciativa privada dona dos produtos e técnicas mencionadas - cuidar da segurança, da saúde, da educação.

Mas precisamente no setor da educação que vemos nós? Resoluções do Conselho Nacional de Educação continuam opacas ao público, como antes, não se convocam os cientistas para colaborar no aperfeiçoamento do ensino básico - matéria acessível apenas aos técnicos do Ministério da Educação (e do Desporto) - e as universidades públicas continuam sob a ameaça de provisões orçamentárias restritivas.

Eminentes figuras públicas fazem o elogio das universidades privadas - e é duvidoso que o dinheiro das matrículas dos estudantes baste para o pagamento régio de reitores e professores e para o financiamento das pesquisas científicas sem as quais não merecem o nome de universidade.

Quanto às agências que desde sua criação nos anos 50, financiam a pesquisa científica pura e aplicada no Brasil, e destaco o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, estão em andamento planos e projetos emanados do MARE para transformá-las em organizações cuja finalidade não é explicitada, contidas em obscuros protocolos de intenção.

E os institutos de pesquisa do CNPq, e talvez os demais institutos de ciência federais, estes são objeto de elucubrações formuladas por técnicos do MARE - dos quais provavelmente só alguns poucos, ou talvez nenhum, saiba como funciona um laboratório de pesquisa científica, nem o que é um trabalho de ciência experimental e teórica.

Corremos, pois, o risco de ser sacrificados no altar da Reforma do Estado - esperamos que Deus finalmente segure a mão de Abraão como o fez quando estava este prestes a sacrificar em seu louvor, seu filho Isaac.

**&&&**